

Diário Notícias

17-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 1777

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

OS PODERES DO PODER LOCAL

120 autarcas já reformados estão em funções

- António Capucho tem a pensão mais alta pedida desde 2005
- Câmaras pagam 165 mil euros para ir ao circo
- Autarquias ainda devem mais de 200 milhões do Euro 2004
- 80 maçons 'atacam' cargos autárquicos em 43 municípios

Após a extinção das subvenções vitalícias, quem cumprisse 12 anos de mandato até 2009 ainda podia pedir a pensão. Foi o que fizeram 275 presidentes de câmara e vereadores, desde a entrada

em vigor da lei, em outubro de 2005. Desses, 120 continuam em funções e podem optar pelo vencimento que lhes for mais vantajoso. Henrique Neto (um dos signatários do manifesto pela reforma

do sistema político) critica o cenário, mas os autarcas defendem-se. Quando todos estiverem a receber da Caixa Geral de Aposentações, vão custar 550 mil euros/mês. **GRANDE INVESTIGAÇÃO** PÁGS. 2 A 16

OS PODERES DO PODER LOCAL



As dez pensões mais baixas

Menos anos de trabalho valem reformas mais modestas. Estas são as mais baixas atribuídas desde novembro de 2005

1. Vítor Manuel Alves Mendes
Presidente da CM de Ponte de Lima
512,56 €
desde abril de 2010

2. José Carlos Pimentel Mendes
Vereador da CM de Santa Cruz das Flores
517,81 €
desde dezembro 2009

3. Joaquim Fortes Silva
Ex-vereador da Câmara Municipal do Alandroal
542,51 €
desde novembro 2005

Top das pensões mais altas atribuídas desde novembro de 2005

É um top 10 que teve de ser alargado a 11, porque há cinco autarcas (ou ex-autarcas) empatados com 3172,36 euros. A lista das mais altas pensões atribuídas desde a entrada em vigor da Lei n.º 52-A de 2005 tem António Capucho no topo e dois 'históricos' (Álvaro Amaro e Fernando Costa) também em alta.

				
António Orey Capucho Ex-presidente da Câmara Municipal de Cascais 3569,29 euros desde maio de 2007	Álvaro Santos Amaro Presidente da Câmara Municipal de Gouveia 3 453,31 euros desde janeiro de 2010	Joaquim António Sousa Neves Ramos Ex-presidente da Câmara Municipal da Azambuja 3 433,65 euros desde abril de 2010	Ápio Cláudio Carmo Assunção Ex-presidente da CM de Oliveira de Azeméis 3 424,47 euros desde março de 2008	Victor M. Barão Martelo Ex-residente da CM de Reguengos Monsaraz 3 231,46 euros desde fevereiro de 2006

Há 120 autarcas que já se reformaram mas ainda estão em funções

Subvenções vitalícias. Após a extinção das subvenções vitalícias, em outubro de 2005, quem tivesse 12 anos de mandato (ou os completasse até 2009) ainda podia pedir a pensão. Foi o que fizeram, até agora, 275 autarcas. Desses, quase um terço ainda continua em funções e pode optar pela situação mais vantajosa em termos salariais

RUI MARQUES SIMÕES

A história é como a rábula humorística dos Gato Fedorento: é proibido, mas pode-se fazer. Desde 2005, as subvenções (pensões) vitalícias de políticos estão extintas. Contudo, quem cumprisse 12 anos de exercício até 2009 ainda podia pedi-las. Foi o que fizeram 275 autarcas desde que, a 10 de outubro de 2005, o Governo de José Sócrates publicou a lei em

Diário da República. Desses 275, há 120 "reformados" que ainda continuam em funções autárquicas.

A situação é polémica, mas perfeitamente legal. A Lei n.º 52-A/2005 proibiu as subvenções, mas salvaguardou a situação de quem estava em funções e em condições de cumprir até 2009 os três mandatos necessários à obtenção da pensão. A grande maioria dos eleitos não desperdiçou a oportunidade: os 275 no-

mes publicados nas listas mensais da Caixa Geral de Aposentações, entre novembro de 2005 e a atualidade, vão de norte a sul do País e da direita à esquerda do quadro político – dos cinco principais partidos, só do Bloco de Esquerda, com menos tempo de existência e com menor implantação autárquica, não se encontram representantes na lista.

Tal panorama dá azo a críticas ferozes da opinião pública e não só. Henrique Neto, um dos signa-

tários do manifesto pela reforma e democratização do sistema político nacional (apresentado em março), diz que a situação não o surpreende: "Não é muito diferente do que tem acontecido em todos os planos políticos. Já há muito que a classe política não se move por ideais, mas sim por interesses", acusa o empresário, que foi deputado do Partido Socialista de 1995 a 1999.

Perante as críticas, os autarcas defendem-se. Jorge Bento, presi-

dente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova desde 1993, viu a subvenção de 1842,47 euros líquidos ser-lhe atribuída em junho de 2008, apesar de continuar em funções. E explica porquê: "Pedi-a porque vivemos num país em que as regras estão constantemente a mudar e não podia ser prejudicado por isso."

Hoje, o autarca socialista é um dos 120 reformados no papel que ainda fazem parte dos executivos camarários – e alguns até vão re-

<p>4. Maria Carmo Serrudo Mareco Marques Ex-vereadora da CM de Vendas Novas 559,50 € desde dezembro 2009</p>	<p>5. Rogério Teixeira Sousa Vereador da CM de Vila Pouca de Aguiar 580,27 € desde abril de 2010</p>	<p>6. Rui Sousa Dias Rama Silva Ex-vereador da Câmara Municipal de Cascais 622,49 € desde novembro 2005</p>	<p>7. Silvestre Mangerona F. Andrade Ex-vereador da Câmara Municipal de Marvão 633,89 € desde março de 2006</p>	<p>8. João Duarte Anastácio Carvalho Vereador da Câmara Municipal da Lourinhã 719,38 € desde março de 2006</p>	<p>9. Manuel Sousa Domingues Ex-vereador da Câmara Municipal de Valença 770,78 € desde janeiro de 2010</p>	<p>10. Gaspar Correia Martins Vereador da CM de Ponte de Lima 788,84 € desde janeiro de 2006</p>
<p>Fernando José Costa Presidente da CM das Caldas da Rainha 3 226,43 euros desde outubro de 2012</p>	<p>João Manuel Jesus Lobo Presidente da Câmara Municipal da Moita 3 172,36 euros desde novembro de 2005</p>	<p>José Macedo Vieira Presidente da CM da Póvoa de Varzim 3 172,36 euros desde novembro de 2005</p>	<p>Manuel Alves Oliveira Presidente da Câmara Municipal de Ovar 3 172,36 euros desde dezembro de 2005</p>	<p>Alfredo José Monteiro Costa Presidente da Câmara Municipal do Seixal 3 172,36 euros desde dezembro de 2005</p>	<p>José Maria Ministro dos Santos Ex-presidente da Câmara Municipal de Mafra 3 172,36 euros desde dezembro de 2005</p>	

candidatar-se, seja porque entretanto deram o "salto" de vereador(a) para presidente (e estão a salvo da Lei da Limitação dos Mandatos) ou porque vão concorrer a outras autarquias.

Lei permite escolher 'salário'
No caso de Jorge Bento, como noutros, a reforma ainda não pesa nas contas do Estado: a lei permite que os autarcas optem pela situação que for mais vantajosa em termos salariais e, por isso, embora a Caixa Geral de Aposentações já tenha processado os pedidos, muitos não recebem a pensão. "Tenho direito, mas ainda não estou a receber. E quero continuar a trabalhar quando sair da câmara, por isso poderei não executar logo o pedido para recebê-la", diz o autarca de Condeixa-a-Nova, de 53 anos.

Narciso Mota, presidente da Câmara de Pombal, fez uma opção diferente. Tinha pedido a reforma (2709,72 euros líquidos) em 2005, numa altura em que pensava deixar a autarquia social-democrata. Contudo, acabou por ficar mais dois mandatos e mandou processar a pensão em 2012, ficando apenas "a receber despesas de repre-

sentação" das funções autárquicas. Agora, o autarca do PSD lembra que poupou muito dinheiro ao Estado, "entre ordenados e subsídio de reintegração", e não se conforma com as condições da reforma: "Vou fazer 67 anos, tenho 48 de descontos e ganho menos do que recebia há 20 anos, antes de entrar para a câmara."

O discurso em defesa dos direitos consagrados dos autarcas é comum a Mota e a Bento, que o repetem quase *ipsis verbis*: "Tinha uma atividade profissional há 20 anos que saiu claramente prejudicada. E esta lei [que já não atribui subvenções, a quem tenha cumprido três mandatos após 2009] é penalizadora para quem exerce funções deste género."

Ainda assim, a opinião pública não se resigna com as "regalias" dos dirigentes políticos. "É por isso que a sociedade civil se começa a mexer e há tanta candidatura independente nestas autarquias", alega Henrique Neto, informado com os custos que estes casos trazem para o Estado. Afinal, estes autarcas têm uma benesse incomum a outros trabalhadores: mesmo em funções, já são pensionistas.

TABELA
Salário varia em função dos eleitores

A discrepância entre pensões de 600 ou 3000 mil euros não se justifica apenas devido ao cargo exercido pelos autarcas (presidentes de câmaras ou vereadores com pelouros atribuídos) e ao tempo de trabalho. O município onde exercem funções faz toda a diferença no fim do mês, já que o salário varia em função do número de eleitores do concelho. Assim, quando em regime de exclusividade, os presidentes de câmara de Lisboa e Porto recebem 55% do salário-base do Presidente da República (que é 6523 euros líquidos). Já os líderes de municípios com mais de 40 mil eleitores ficam-se por 50% do salário do PR. Os com entre dez mil e 40 mil eleitores recebem 45%. E os que dirigem câmaras com menos de dez mil eleitores ficam-se pelos 40%. Quanto aos vereadores (quando estão a tempo inteiro e em regime de exclusividade), auferem 80% do salário do seu presidente (o que leva também a diferenças de valores, consoante trabalhem em Lisboa ou num pequeno município).

Mais 7,7 milhões/ano em pensões após subvenção ser extinta

Nem todos os presidentes de câmara e vereadores que pediram pensões após a entrada em vigor da Lei n.º 52-A/2005 (que extinguiu as subvenções vitalícias mas permitia que quem cumprisse 12 anos de mandato até 2009 ainda as pudessem requisitar) já estão efetivamente a receber a reforma. Mas quando o estiverem, vão custar cerca de 550 mil euros mensais à Caixa Geral de Aposentações (CGA). A lista de 275 nomes de autarcas que pediram pensão após a entrada em vigor da lei que extinguiu as pensões ainda deve aumentar: outros "dinossauros" com 12 ou mais anos de mandatos autárquicos, cumpridos até 2009, ainda poderão fazer o pedido nos próximos meses, depois de abandonarem funções. Mas já é possível fazer contas quanto à fatura atual para a CGA. O panorama geral mostra pensões brutas entre os 512,56 euros (há 19 reformados com menos de 900 euros - ver no topo da página a lista das dez mais baixas pedidas desde outubro de 2005) e os 3569,29 euros (há 15 acima dos

3000, mas a mais alta, de 3865,70 euros, atribuída em agosto de 2006 a António Duarte Silva, já não entra nas contas porque o ex-presidente da Câmara da Figueira da Foz faleceu em abril de 2011). E a média das atribuídas desde outubro de 2005 até este mês (já subtraído o valor de Duarte Silva) é de cerca de 2000 euros brutos. Feitas as contas, quando todos as tiverem pedido, custarão 550 mil euros por mês ao Estado - ou 7,7 milhões por ano. De resto, os custos com presidentes de câmara e vereadores só não são maiores porque, entretanto, os eleitos autárquicos perderam outras regalias que até 2005 lhes estavam consagradas. Antes podiam ainda acumular o salário com um terço de outro rendimento (incluindo a administração de empresas municipais, por exemplo) e o tempo em funções contava a dobrar para efeitos de reforma. Agora, não têm essas benesses e os eleitos mais recentes já nem podem pedir subvenções. Mas a fatura mensal continuará a pesar nas contas estatais.